

Transição ainda não superou crise.

BRANDÃO MONTEIRO *

Após dois anos do Governo da Aliança Democrática, o Brasil não conseguiu superar a crise política, econômica e social, herdada dos longos anos do autoritarismo.

O Governo eleito em 15 de novembro de 1984, nasceu sob o compromisso de consolidar imediatamente a transição para a democracia, entretanto, desde a posse do presidente Sarney, a filosofia dominante no Planalto foi o "fiquismo". Nenhum país do mundo conheceu tão longo período de transição como o Brasil. Desde a suspensão dos efeitos do AI-5, o Brasil espera sair da camisa-de-força do autoritarismo para ingressar na plenitude democrática.

O Governo da chamada Aliança Democrática, a par dos compromissos explícitos com a sociedade brasileira, buscou uma política diversionista, de forma a não operar a transição para a democracia e manter-se no poder ainda que sem a necessária legitimidade.

No plano institucional convocou-se eleições para os prefeitos das Capitais e áreas de segurança nacional e o presidente Sarney enviou mensagem ao Congresso Nacional, convocando a Assembléia Constituinte.

No plano econômico editou o Plano Cruzado nº I, com a desindexação da economia, objetivando liquidar a inflação com o congelamento de preços e ampliar a distribuição da renda nacional.

A par das eleições para as municipalidades, o Governo Central, não admitiu a descentralização financeira, de forma a que Prefeitos e os agora eleitos Governadores do Estado, fiquem de pires na mão diante do Planalto em busca de recursos para suas Administrações. Sarney deu os "anéis mas manteve os dedos" da manipulação política.

A Assembléia Nacional Constituinte que surgiu como a grande esperança do povo brasileiro, como instrumento reordenador da vontade popular, já nasceu debilitada. A própria emenda constitucional enviada ao Congresso Nacional pelo presidente da República, denunciava os objetivos de minimizá-la, torná-la um instrumento dependente e menor.

Desejava o presidente José Ribamar e a chamada Aliança Democrática, uma Constituinte congressual, isto é, sem liberdade e soberania, haja vista que a emenda original falava em Congresso Constituinte, sem prejuízo das funções normais do Congresso. Foi necessário que o plenário do então Congresso Nacional, através de emenda do deputado José Bonifácio, retificasse a mensagem para que a emenda nº 26 estipulasse no Artigo 1º:

"Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, reunir-se-ão, unicameralmente, em ANC, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional".

Fatos posteriores à aprovação da emenda nº 26 comprovariam o empenho do Governo e da Aliança Democrática, especialmente o PMDB, de impedir uma verdadeira Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana.



Não esquecemos a destituição do relator Flávio Bierrembach, que propunha no seu relatório, Assembléia Nacional Constituinte livre, exclusiva e soberana.

Os fatos posteriores vieram comprovar os objetivos da coalização governamental, a par do "jogo para a arqui-bancada" de setores do PMDB que criaram para efeito externo o Grupo "Pró-Soberania", na hora da decisão, conquanto houvesse enorme luta e esforço do PDT, PT, PC do B, PSB e o PCB, o "maior partido do Ocidente (versão nova e ainda dizem que os fatos não se repetem) dobrou a esquina (inclusive os anjos) à vontade do Planalto e aos ditames do PFL, partido que mudou só o nome e, através de acordo mutilou definitivamente a tão sonhada soberania da Constituinte.

Quais os reais objetivos de mutilar a Constituinte?

Qual o receio do presidente José Ribamar?

Os objetivos são claros. Hoje temos um Presidente que ostenta o pomposo título de único biónico do País. Vereadores, deputados estaduais, prefeitos, governadores, deputados federais, senadores, todos têm representação através do voto popular. Somente o presidente da República não tem voto; não possui legitimidade.

O presidente Sarney foge do voto como o diabo da cruz; não pensa em outra coisa senão "ficar"; manter-se no Governo por seis anos. Sem apoio popular, haja vista que a última pesquisa popular de conceituado jornal paulista fala que 70 por cento dos entrevistados desejam a diminuição do mandato presidencial.

A transição não se opera e o País está mergulhado em profunda crise. A moratória — ato de soberania e de vontade da Nação, foi substituída pela suspensão dos pagamentos de juros por prazo indeterminado, confessando ao País e ao mundo a inexistência de reservas (moratória técnica). A inflação voltou a patamares elevados; a recessão está de volta e o povo está desesperançado e aflito.

A Constituinte subjugada, subordinada aos interesses do Planalto não consegue avançar. O povo começa a dar os primeiros sinais de cansaço e desesperança.

Nós Constituintes temos clareza que pouco ou nada é possível fazer, nos estreitos limites das paredes do prédio onde se reúne a Assembléia.

Penso que para salvarmos as propostas da Constituinte é imprescindível a mobilização popular; sem a pressão do povo, sindicatos, OAB, ABI, CNBB, enfim, da sociedade civil organizada, a Assembléia Nacional Constituinte, produzirá um rato que sairá do alto da montanha das esperanças populares.

Como dizia um velho amigo, parodiando a crise:

"O Brasil não sabe do que gostar. Se das Prosas do Sarney ou dos Versos do José Ribamar".

*Brandão Monteiro é deputado pelo PDT do Rio de Janeiro